Artigo recebido em:

06.03.2019

Aprovado em:

07.04.2019

Anderson Dias Silveira

Jornalista, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

E-mail: andersondiassilveira@yahoo.com.br

Crítica da cobertura jornalística de homicídios do *Diário Catarinense* a partir das disposições de classe social

Anderson Dias Silveira

Resumo

Esta pesquisa, resultado de uma dissertação de mestrado¹, tem como objeto de estudo o tratamento jornalístico dos homicídios noticiados pelo *Diário Catarinense*, jornal do estado de Santa Catarina, Brasil. O objetivo é identificar, descrever e criticar as disposições de classe social presentes na cobertura jornalística de homicídios do periódico catarinense, com base no conceito de classe social de Jessé Souza (2003, 2009 e 2010). O período de investigação compreende as mortes violentas intencionais divulgadas pelo jornal no primeiro semestre de 2017 em Florianópolis/SC, observando as diferenças de tratamento de cada homicídio noticiado que evidenciam atravessamentos oriundos de nossa estrutura social. A hipótese é que as disposições de classe influenciam o tratamento jornalístico de homicídios e reforçam o desprezo da classe popular.

Palavras-chave: Crítica de cobertura noticiosa. Cobertura jornalística. *Diário Catarinense*.

Homicides journalistic coverage criticism in *Diário Catarinense* from the social class provisions

Abstract

This paper consists in a synthesis of a master's thesis, which had studied the journalistic treatment of homicides published by *Diário Catarinense*, a newspaper broadcasted in Santa Catarina state, in Brazil. The research goal is to identify, describe and criticize the social class arrangements presented in the media coverage of homicides, based on Jessé Souza (2003, 2009 and 2010) social class concept. The investigation period selected intentional violent deaths reported by the newspaper in the first half of 2017 in Florianópolis/SC, observing the treatment differences in each homicide news published. It shows our social structure crossings. The hypothesis is that social class provisions influence journalistic treatment of homicides and reinforce popular class contempt.

Key words: Journalistic coverage criticism. Journalistic coverage. *Diário Catarinense*.

¹ Este artigo apresenta e sintetiza discussões contidas na dissertação “As disposições de classe social na cobertura jornalística de homicídios do Diário Catarinense”, que desenvolvi no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, finalizada em 2018.

² Maior em números absolutos, não em proporção aos habitantes.

³ Disponível em: <http://portal.ssp.sc.gov.br/sspestatisticas.html>

⁴ O Diário Catarinense noticiou que ocorreram 101 homicídios no primeiro semestre de 2017, porém, na minha observação dos dados do site da Secretaria de Estado da Segurança Pública, contabilizei 104 homicídios.

Acontecimentos que levam à morte de pessoas, como assassinatos, muitas vezes constituem matéria-prima de notícias. As características de um sujeito que é narrado, ou de um sujeito que lê, assiste e escuta – como classe social, gênero, etnia, entre outras possibilidades e intersecções – podem influenciar na produção jornalística e na sua posterior recepção. Desse modo, a cobertura jornalística dos homicídios, fenômeno de grande impacto em nossa sociedade, pode estar sob influência dos diferentes modos de reconhecimento social. Uma dessas marcas que diferenciam as pessoas em grupos, a classe social, provavelmente condiciona significativamente o tratamento jornalístico de vítimas de homicídios. Este é o resultado da pesquisa de mestrado executada no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina sobre a cobertura de homicídios pelo *Diário Catarinense* (DC), principal jornal do estado de Santa Catarina.

O Brasil é o país com o maior número de homicídios no mundo². Em 2016 ocorreram 62.517 mortes violentas intencionais, maior número já registrado no país até aquele momento segundo os dados contidos no *Atlas da violência* (2018). Em média, sete pessoas foram assassinadas por hora no ano de 2016 de acordo com o *Anuário brasileiro de segurança pública* (2017). No *Atlas da Violência*, desenvolvido em parceria pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), constam dados oriundos do Ministério da Saúde e de instituições policiais que informam que pela primeira vez o país superou o patamar de trinta mortes por 100 mil habitantes, 30,3 (IPEA; FBPS, 2018, p. 20). Na última década, 553 mil pessoas foram assassinadas.

Em 2017 ocorreram 1.157 homicídios em Santa Catarina e, na capital, Florianópolis, 197 pessoas foram assassinadas, de acordo com dados publicados no site³ da Secretaria de Segurança Pública (SSP). No primeiro semestre do referido ano, Florianópolis contabilizou 104 homicídios e 53 foram noticiados pelo *Diário Catarinense*.

Diante da gravidade do fenômeno social dos homicídios no Brasil, interessam as muito prováveis desigualdades de tratamento no jornalismo que reporta as vidas perdidas em decorrência de homicídios em Florianópolis. Tomo como objeto de estudo a cobertura jornalística de homicídios pelo *Diário Catarinense*, com o objetivo de identificar, descrever e criticar as disposições de classe social presentes na cobertura jornalística de homicídios publicados pelo DC, orientado pelo conceito de classe social de Jessé Souza (2003, 2009 e 2010).

Para cumprir o objetivo desta investigação – identificar, descrever e criticar as disposições de classe social presentes na cobertura jornalística de homicídios publicados pelo *Diário Catarinense* – analiso as mortes ocorridas no primeiro semestre de 2017 em Florianópolis que foram noticiadas pelo periódico catarinense em sua versão digital idêntica à edição impressa. Nesse período, ocorreram 104⁴ homicídios em Florianópolis e 53 destes foram noticiados na versão digital. Esses homicídios noticiados compõem o objeto empírico desta pesquisa, cujo corpus está estruturado em 62 notícias. As notícias na versão digital, em formato PDF, são as mesmas da publicação impressa do veículo.

As decisões de método não correspondem necessariamente a uma ordem rígida de etapas e procedimentos; em certos momentos o experimento acontece antes de seu anúncio por meio de uma técnica específica. Organizo o caminho da pesquisa em quatro etapas. Na primeira, a busca e registro das notícias de homicídios através da leitura de todas as edições do DC do primeiro semestre de 2017. Na segunda, uma releitura para identificar as disposições de classe social presentes nas notícias, e a partir da releitura divido e organizo os textos de acordo com suas semelhanças de composição. Na terceira, descrevo as notícias divididas em grupos de acordo com as semelhanças de composição identificadas na etapa anterior. Por fim, na quarta etapa, uma crítica da cobertura jornalística de homicídios do DC com base nas disposições de classe social identificadas e descritas nas etapas anteriores.

O empreendimento teórico de Jessé Souza e as classes sociais no Brasil

O trabalho do sociólogo Jessé Souza objetiva, entre outras intenções, demonstrar como “os reais conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros são tornados literalmente invisíveis” (2009, p.17). Seus estudos tornam visíveis os mecanismos de manutenção e naturalização das abissais desigualdades sociais no Brasil, retomando a discussão sobre classes sociais em oposição às correntes personalistas e patrimonialistas que obtiveram a hegemonia da explicação do país nas ciências sociais com ampla repercussão nos jornais e no ensino por 60 anos.

Antes de aprofundar o conceito, é necessário explicar que a proposição aqui exposta não considera duas ideias comumente difundidas sobre o tema: a de que classe social corresponde à renda e de que há uma correlação direta com a posição do sujeito em relação aos meios de produção. A primeira, vinculada cotidianamente no noticiário tradicional e a segunda, alicerçada em leituras do marxismo, segundo Souza (2003). Ambas as visões não permitem perceber como atuam na naturalização das desigualdades, os fundamentos morais do mundo ocidental e as relações de poder, baseadas na apropriação diferencial de diversos capitais ao longo da vida. Apesar disso, possivelmente a posição da pessoa no mundo do trabalho e a soma de rendimentos e bens encontrem confirmação na teoria que utilizo nessa pesquisa, porém essas perspectivas são incapazes de identificar as disposições de classe em suas dimensões imateriais. Ou seja, para Souza o caráter economicista torna invisíveis as tramas sociais que sustentam a incorporação diferencial de capitais simbólicos pelas pessoas e seu reconhecimento social.

O economicismo liberal, assim como o marxismo tradicional, percebe a realidade das classes sociais apenas “economicamente”, no primeiro caso como produto da “renda” diferencial dos indivíduos e no segundo, como “lugar na produção”. Isso equivale, na verdade, a esconder e tornar invisível todos os fatores e precondições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, ao fim e ao cabo, causa e efeito (SOUZA, 2009, p.18).

O potencial elucidativo do pensamento do filósofo canadense Charles Taylor e do sociólogo francês Pierre Bourdieu constituem os principais aportes dos estudos de Jessé Souza. Precisamente é da união entre duas perspectivas teóricas distintas que, em *A construção social da subcidadania* (2003), elabora uma compreensão sobre a experiência da naturalização das desigualdades em sociedades periféricas como a brasileira. Apesar dos diferentes percursos teóricos de Taylor e Bourdieu, Souza identifica um ponto de intersecção decisivo entre autores. “Para ambos, a sociedade moderna se singulariza precisamente pela produção de uma configuração, formada pelas ilusões de sentido imediato e cotidiano” (2003, p.164). Segundo Souza, esta compreensão comum se dá no que Taylor chama de *naturalismo* e do que Bourdieu denomina como *doxa*, pois tal percepção implica numa espécie de desconhecimento dos sujeitos a respeito das suas próprias condições de vida relacionadas com a estrutura social, que governa nossa vida cotidiana e é o que Souza (2003) chama de ideologia espontânea do capitalismo.

Em Taylor, essa empreitada assume a forma de uma tentativa de resignificar e articular o contexto não tematizado que, na realidade, guia e orienta toda ação humana embora não tenhamos consciência dele na vida cotidiana. Sua luta contra o que ele chama de “naturalismo”, dirige-se precisamente contra a ilusão de sentido (ou a falta de sentido) imediato e implica na necessidade de reconstruir a prática não articulada, que comanda nossa vida cotidiana, e articular a hierarquia de valores escondida e opaca que preside nosso comportamento; daí sua empreitada de nomear e reconstruir as fontes da nossa noção de self. Para Bourdieu, o mesmo fato torna urgente uma desconstrução da grande illusio social, ou seja, como em Taylor, uma reconstrução do sentido imediato visto como produto de consolidações acríticas de situações de dominação e opressão (SOUZA, 2003, p. 65).

Os estudos de Taylor tratam dos imperativos morais que legitimam as desigualdades e os estudos de Bourdieu focam em como se articulam as desigualdades nas relações de poder. É nesse casamento entre moralidade e poder que Jessé Souza pensa as classes sociais na modernidade periférica, ou seja, na realidade brasileira. Souza uniu as duas perspectivas, em outras palavras, juntou-as “de modo a torná-las operacionais no sentido de se permitir perceber como moralidade e poder se vinculam de modo peculiar no mundo moderno, especialmente no contexto periférico” (SOUZA, 2003, p.166). Taylor desenvolveu seus estudos para compreender a hierarquia valorativa moral do Ocidente e Bourdieu, a partir do conceito de *habitus*, percebeu como esses valores são incorporados e tornados disposições de comportamento.

⁵É possível que parte significativa dos batalhadores esteja entre os 14 milhões de novos desempregados noticiados pelos jornais de todo o Brasil.

⁶Em síntese, é uma doutrina religiosa que defende e dissemina entre os fiéis – em moldes semelhantes aos fundamentos da reforma protestante para o trabalho cotidiano – que a benção financeira é o desejo de Deus, mas com uma relação de contrapartida financeira para a instituição religiosa.

A ênfase unilateral de cada um dos autores em certas dimensões, nomeadamente a ênfase tayloriana na reconstrução do pano de fundo moral de nossas ações e a ênfase bourdieusiana na dimensão da luta por poder relativo de pessoas e grupos, parece-me compensar deficiências recíprocas dessas teorias conferindo uma força peculiar à sua articulação combinada (SOUZA, 2003, p.66).

A partir destes aportes teóricos, Jessé Souza e seus colegas realizaram estudos empíricos para identificar e compreender as classes sociais do Brasil. Porém, não está entre os meus interesses nesse tópico descrever de maneira minuciosa as classes sociais, mas apenas contextualizar brevemente como elas estão organizadas em nosso país e como são reconhecidas. A classe média seria algo entorno de 20% da população, podendo ser percebida em quatro grandes frações. Em *Os batalhadores brasileiros* (2010), Jessé Souza desmistifica a ideia de que a entrada de aproximadamente 30 milhões de brasileiros de forma mais ativa no universo do consumo, na história recente, representa a consolidação de uma nova classe média. Pelo contrário, Souza demonstra no estudo empírico como as rotinas e os tipos de trabalho dos batalhadores são consideravelmente diferentes dos setores médios da população⁵. Dessa forma, é através das histórias de vida e do *habitus* dessas pessoas que percebemos que se trata de um novo estrato da classe trabalhadora entre nós no atual estágio do capitalismo periférico. Além disso, parte significativa dos batalhadores adquiriu autoestima, autoconfiança e pensamento prospectivo a partir da presença das igrejas pentecostais e neopentecostais em suas vidas que, entre outras coisas, difundem a teologia da prosperidade⁶.

No livro *A ralé brasileira* (2009), Jessé Souza e seus colegas também apresentam um denso trabalho empírico sobre a classe que representa cerca de um terço da população do país. Além disso, assim como em *A construção social da subcidadania* (2003), o sociólogo discute como a instituição social da escravidão e o patriarcalismo, em um primeiro momento, e o abandono e o desinteresse durante o processo de industrialização da era Vargas em diante, em um segundo, permitiram a constituição e a manutenção de uma espécie de subcidadão. Para Jessé Souza, a escravidão é a instituição social que marca a especificidade brasileira. Na perspectiva do autor, a herança escravocrata nunca foi realmente resolvida nos dois processos históricos de transformação do país, a abolição da escravatura e o projeto de modernização dos anos 1930. A ralé brasileira é a classe que incorpora o *habitus* precário, conforme é possível ver nas histórias dessas pessoas no estudo empírico (SOUZA, 2009, p.125-305). As diferenças na socialização familiar, a falta de estímulos para a concentração e para o pensamento abstrato necessário no universo escolar e a autoestima para estas tarefas são distintas entre as classes e, no caso da ralé, desestimulantes para atender o que é valorizado no estágio atual do capitalismo.

A questão central para Jessé Souza (2009) é evidenciar que a ralé é uma classe social e, assim, poder revelar a trama invisível que se limita a expor a incapacidade no universo escolar e no mundo do trabalho como fracasso individual dessas pessoas. É preciso questionar a ideia de individualidade em vista da necessidade de pensar a classe social por uma perspectiva simbólica. Os seres humanos são percebidos como indivíduos com poder de decisão e escolha para uma infinidade de questões que atravessam suas vidas, dotados de características únicas e singulares – a ideia de que

somos originais e autênticos. Na proposição de Souza, a individualidade despercebida de seus vínculos sociais cumpre o papel de esconder as tramas que articulam as relações de poder na manutenção das desigualdades em nosso país; para compreender sua teoria, é preciso entender que somos seres sociais constituídos em relação às instituições que perpassam nossas vidas. Duas destas instituições, o Estado e o mercado, marcam a modernidade no Ocidente, e outra, a escravidão, foi decisiva para a formação da sociedade brasileira.

As pessoas não se relacionam diretamente com o Estado e com o mercado, mas com outras instituições que também compõem as nossas vidas e por isso é necessário compreender o indivíduo como alguém que faz parte de uma família, de uma classe e que se relaciona com a escola, com a justiça, com a polícia, com instituições de saúde e etc. Além disso, no meu entendimento da teoria de Jessé Souza, o reconhecimento social dos membros da *ralé* é marcado pelo desprezo e pode ser observado, especialmente, no tratamento dado nos dias de hoje pelas instituições aos brasileiros das classes populares. Dessa forma, as características de nossa estrutura social se manifestam no papel exercido pelas instituições sociais na vida das pessoas, seja a instituição família, escola, saúde pública, justiça e, também, jornalismo, como foi possível observar na cobertura do *DC*.

Crítica sobre as disposições de classe social na cobertura jornalística do *Diário Catarinense*

Nesta etapa apresento uma síntese da análise descritiva da cobertura jornalística de homicídios pelo *DC* no primeiro semestre de 2017, com base na teoria de Jessé Souza (2003, 2009, 2010). Estão contidas nesta análise as disposições de classe social identificadas na leitura das 62 notícias sobre 53 assassinatos, divididos em cinco grupos. É possível perceber diferenças significativas na cobertura jornalística que evidenciam atravessamentos de nossa estrutura social em suas dimensões imateriais.

Percebo uma espécie de tratamento jornalístico desinteressado despendido para as classes populares divididos em quatro grupos por semelhanças de composição (**grupos 1, 2, 3 e 4**), e um grupo (**grupo 5**) de pessoas de classe média que recebeu maior atenção por parte do jornal. Antes, porém, destaco que 51 homicídios dos 104 ocorridos no período não foram noticiados pelo *DC*. Compreendo como homicídios noticiados qualquer menção aos assassinatos na cobertura da editoria de Segurança, mesmo que de forma secundária nas matérias que informem sobre outras mortes violentas intencionais. Saliento, também, em vista da abordagem teórica que diálogo nesta investigação, a possibilidade de parte dessas mortes não serem publicadas pelo envolvimento de sujeitos oriundos da *ralé* estrutural (SOUZA, 2009). Pessoas que internalizam o *habitus precário* e são percebidas pela sociedade (e profissionais do jornalismo), como subcidadãos e não dignas de objeto jornalístico. As mortes ausentes indicam disposições de classe social.

Considero que as vidas perdidas ausentes do noticiário indicam pistas das disposições de classe social através do desinteresse das singularidades de cada vítima e dos contextos de suas mortes. A relação de desinteresse com a *ralé* estrutural e outras frações de classe popular também podem ser identificadas, além do silêncio sobre as 51 mortes não reportadas, em formas escassas de noticiar os homicídios dos **grupos 1, 2, 3 e 4**. O que as disposições de classe parecem demonstrar sobre estas vidas – ora como números estatísticos para compor notícias que repercutem o fenômeno de modo genérico, ora como conjunto de mortes aglutinadas em notícias com maior fôlego ou em pequenas notas – é que algumas pessoas importam e outras não para a editoria de segurança do *DC*.

A descrição das notícias dos homicídios do **grupo 5** demonstram diferenças de apuração jornalística e de construção textual em comparação aos **grupos 1, 2, 3 e 4**. São significativas as diferenças de cobertura para essas vítimas em relação aos demais assassinatos noticiados. A preocupação que cada pessoa do **grupo 5** exigiu

⁷A potência dos movimentos
LGBTs em tornar Jennifer
passível de luto e de atenção
jornalística foi discutida
no artigo que apresentei no
41º Congresso Brasileiro de
Ciências da Comunicação.

poderia constituir um padrão para todas as vítimas se estivesse incorporado no *habitus* dos profissionais do jornal o reconhecimento de todos como cidadão e, portanto, incluídos em nossa sociedade em suas esferas materiais e simbólicas. Porém, o papel exercido na sociedade pelas vítimas do grupo 5 e suas consequentes valorizações no noticiário dizem muito sobre suas posições na estrutura social: suas posições no mundo do trabalho, mas não apenas isso, permitiram o interesse pela busca das singularidades de cada caso.

Quatro vítimas do **grupo 5** estão incluídas na classe média, ou seja, pessoas percebidas socialmente como produtivas e dignas. Um dos fundamentos da distinção das pessoas que incorporam o *habitus* secundário (frações da classe média) em relação ao restante da sociedade está relacionado à ideologia do desempenho, que corresponde à tríade de qualificação, posição e salário (SOUZA, 2003). E é justamente as posições no mundo que marcam a narrativa dessas mortes e sua importância. A lógica das distinções entre classes “não apenas estimula e premia a capacidade de desempenho objetiva, mas legitima o acesso diferencial permanente a chances de vida e apropriação de bens escassos” (2003, p.169). O acesso diferencial aos capitais simbólicos constitui em boa medida a valorização e reconhecimento social dessas pessoas e, quando vítimas de homicídio, as tonam passíveis de luto e objeto de atenção jornalística. As vítimas do **grupo 5** – Daniela, empresária, professora e em condição de turista; Vilmar, que trabalhava no empreendimento da família no Mercado Público; Adriano Antônio e Elias Escobar, policiais federais – receberam preocupação nos processos jornalísticos de constituição das notícias e obtiveram maior visibilidade.

Jennifer, mais uma vítima incluída no grupo 5, teve também significativa repercussão na cobertura do DC, porém compreendo que a visibilidade no noticiário seja em grande medida resultado dos protestos dos movimentos LGBTs aliado à busca de amigos e familiares da vítima por justiça⁷. Em outras palavras, militantes e familiares reivindicaram o cumprimento das funções da polícia de investigar e do judiciário para aplicar os procedimentos para que a pessoa culpada seja punida de acordo com a lei. Tais protestos também influenciaram o tratamento jornalístico, que neste caso esteve atento para os desdobramentos das investigações sobre a morte de Jennifer. Percebo uma espécie de potência dos movimentos LGBTs e de nosso momento histórico que merece ser mencionado, pois considero que está na força dos movimentos em tornar Jennifer passível de luto o trabalho do jornal de acompanhar o caso. “Ser passível de luto é uma condição do surgimento e da manutenção de uma vida” (BUTLER, 2015, p.32-33), e neste caso condição para que o assassinato seja devidamente investigado. A quebra de uma lógica, demonstra o alcance e a potência destes movimentos, além da tensão do momento histórico, onde há organização para enfrentar opressões de gênero.

Cada vida perdida em decorrência de homicídio guarda singularidades que só uma cobertura atenta pode mostrar, como foi possível observar no **grupo 5**. De certa forma, o que é semelhante na cobertura desses cinco assassinatos é a importância que as vítimas receberam no tratamento jornalístico. Vale salientar que reconhecer uma vida como passível de luto pode significar a materialização de sua inclusão na sociedade como objeto de interesse por parte dos jornais.

Dos 104 homicídios ocorridos na cidade de Florianópolis/SC no primeiro semestre de 2017, 53 foram noticiados pelo *Diário Catarinense*. Quarenta e oito vítimas tiveram na cobertura do DC publicações com poucas informações que pudessem permitir conhecê-las, vítimas que integram os **grupos 1, 2, 3 e 4**. Apenas cinco vítimas dos 53 homicídios noticiados puderam ser reconhecidas em suas singularidades (atividades no mundo do trabalho, hobbies, relação com familiares). Algumas mortes são objeto de interesse jornalístico em detrimento de outras. E essa distinção de tratamento produz apagamentos sobre outras vidas perdidas em decorrência de homicídios, distinção que parece estar baseada na ideia de dignidade através do trabalho produtivo, pois o que caracteriza, por exemplo, as notas do **grupo 1** é completa ausência de informações sobre atuações no mundo do trabalho das vítimas.

Um exemplo sintomático dessa espécie de apagamento é do assassinato da turista Daniela e de outra pessoa que ocorreram nas primeiras horas de 2017. Daniela foi a segunda vítima de homicídio do ano na capital e sua morte foi mencionada em outras notícias da editoria de Segurança como sendo a primeira pessoa assassinada na cidade neste ano. A recorrência dos desdobramentos das investigações e rememorações de sua morte na cobertura do fenômeno social dos homicídios em Florianópolis talvez tenha produzido uma espécie de apagamento do primeiro homicídio do ano. Em uma das citações posteriores, do dia 29 de junho, sua morte é mencionada como a primeira do ano, algo que não está correto e que o próprio jornal publicou na mesma edição que informou sobre a morte de Daniela pela primeira vez. A edição do dia 29 de junho diz:

Os corpos foram encontrados numa área de vegetação (...) Trata-se da mesma localidade onde a turista gaúcha Daniela Scotto de Oliveira Sorares foi assassinada na noite de Réveillon. Primeira vítima do ano, ela foi atingida por um tiro disparado por um adolescente envolvido com o tráfico de drogas. A morte da turista chocou o Estado e serviu de alerta sobre os novos patamares de violência praticados na Capital (Diário Catarinense, 29 de junho de 2017).

O trecho acima faz referência ao homicídio publicado na edição do dia 02 de janeiro do DC. Esse equívoco na contagem pode servir como exemplo das distinções de tratamento, pois duas pessoas foram assassinadas em diferentes locais do espaço urbano de Florianópolis no primeiro dia do ano e uma delas, Daniela, é lembrada ao longo da cobertura do primeiro semestre. A outra vítima, a que realmente foi a primeira de 2017, não teve sua identidade informada em um texto curto que indica apenas se tratar de um homem e o lugar onde ocorreu o homicídio.

Além de o texto noticiar um homicídio de uma pessoa sem nome e sem história - e por isso sem papel produtivo na sociedade -, saliento mais dois elementos do texto que demonstram esse tipo de desprezo com as classes populares. O primeiro é fato de o texto noticioso dividir espaço com a informação sobre uma tentativa de homicídio em outro bairro de Florianópolis, e o segundo é sobre o destaque gráfico no título que anuncia que a morte é consequência do tráfico de drogas. Esse tipo de juízo precipitado, do segundo elemento, sobre a motivação do crime é questionado por integrantes do movimento LGBT no caso da morte de Jennifer. Questionamento que o próprio jornal reforça como informação relevante, mas que nas mortes das pessoas dos estratos subalternos de nossa sociedade não são levantados. A subordinação exclusiva à informação policial, quando se trata das classes populares, é considerada como perspectiva dominante - verdade absoluta na narrativa. Não há, no grupo de notícias semelhantes à deste homem sem nome e história, indagação sobre a versão oficial.

Apesar de serem oriundas das disposições de classe social não conscientes por parte de seus profissionais, considero manifesta na cobertura do DC uma vontade de produzir nos leitores a ideia de que se trata de pessoas que não trabalham e são improdutivas; de pessoas que não controlam seus impulsos e, por isso, estão imersas na violência, nas “opções não civilizadas”, nos conflitos, nas facções. Quanto mais escassas as informações sobre as vítimas, e assim mais distantes dos fundamentos morais do Ocidente uma vez que nada que é valorizado socialmente pelos setores médios está presente nos textos, maior o desprezo por suas vidas. Esse tipo de percepção sobre as classes populares, mais especificamente da ralé estrutural, pode ser interpretado a partir do fenômeno da má-fé institucional. Esse modo de agir dos agentes e das instituições marcado pelo desprezo com as frações subalternas da população. Aliás, entendo que a má-fé caracteriza a cobertura jornalística destinada as vítimas das classes subalternas assim como acontece na justiça, por exemplo. Nesse sentido, vale a pena recuperar o que a teoria e os estudos empíricos sobre a relação de instituições com classes populares:

Quando falamos de má-fé institucional, estamos nos referindo a um padrão de ação institucional que se articula tanto no nível do Estado, através dos planejamentos e das decisões quanto à

alocação de recursos, quanto no nível de micropoder, quer dizer, no nível das relações de poder cotidianas entre os indivíduos que, dependendo do lugar que ocupam na hierarquia social, podem mobilizar de forma diferente os recursos materiais e simbólicos que as instituições oferecem (FREITAS, 2009, p.294-295).

⁸Tema que discuti no primeiro capítulo da Dissertação de Mestrado.

⁹No capítulo 2 da dissertação abordo o *habitus* como fator de influência para delinquir.

A má-fé institucional é o modo como diversas instituições sociais (Escola, Justiça, Saúde) tratam os membros da ralé estrutural e de outras frações das classes populares (SOUZA, 2003, 2009). Determinadas circunstâncias fazem com que a (o) jornalista, a (o) policial e os profissionais de saúde imaginem, ou percebam, a classe social da vítima. Esta percepção guiada pelas disposições de classe influencia no tratamento da vítima, que no caso do jornalismo recebe o desprezo de uma cobertura protocolar e desinteressada sobre a história de vida e o contexto de sua morte. A existência da ralé estrutural entre nós, construída socialmente, produz um tipo de subcidadão que além das disposições do *habitus precário* que o impossibilitam de acessar alguns capitais simbólicos valorizados em nossa sociedade, faz com que o desprezo seja a principal marca de reconhecimento social vinda dos setores médios.

O fenômeno da má-fé não é consciente e por este motivo dificilmente tematizado pelos jornais. O modo como as instituições e seus agentes reconhecem pessoas como inferiores, como subcidadãos, está pautada de maneira inconsciente nos fundamentos morais do Ocidente, principalmente nas concepções do trabalho útil como fonte de dignidade e na ideia de interioridade que afasta o ser humano dos impulsos e afetos mais “selvagens”. É através de um reconhecimento social intencional marcado pelo desprezo, como dito antes pré-reflexivo e incorporado no *habitus* que se torna possível este tipo de tratamento jornalístico. Jessé Souza afirma que não se refere à intencionalidade:

Nenhum brasileiro europeizado de classe média confessaria, em sã consciência, que considera seus compatriotas das classes baixas não-europeizadas “subgente”. (...) O que existe aqui são acordos e consensos sociais mudos e subliminares, mas, por isso mesmo tanto mais eficazes que articulam, como que por meio de fios invisíveis, solidariedades e preconceitos profundos e invisíveis. (SOUZA, 2003, p. 175).

São as solidariedades e preconceitos, profundos como explicado na citação acima, oriundas das disposições de classe social que articulam uma cobertura jornalística que dá maior visibilidade para a classe média e despreza as classes populares. Solidariedades e preconceitos que fazem com que processos e investigações ocorram com maior ou menor rigor. Menor rigor observado nos **grupos 1, 2, 3 e 4**. Este tipo de abordagem é incapaz de produzir luto no leitor, pois naturaliza as mortes de determinados grupos, ou melhor, classes sociais. A ausência e o silêncio dos 51 homicídios não noticiados são muito próximos da cobertura protocolar e desinteressada do **grupo 1**, por exemplo, que também não difere significativamente dos **grupos 2, 3 e 4**. A divisão em grupos se deu de acordo com o modo pelo qual o jornal publicou os homicídios. O fôlego narrativo cresce conforme o número de vítimas aumenta em cada episódio, pois nos **grupos 3 e 4** foram necessárias em média seis mortes para que houvesse cobertura dos desdobramentos das investigações e mesmo assim pouco foi informado sobre as vítimas, apenas a cobertura de conflitos entre facções que assusta a todos. A escassez de informações sobre cada uma dessas vidas as transporta para um lugar na estrutura social, onde as vidas pouco importam ou não importam. E em alguns casos pessoas convertidas em números, embora sejam de suma importância as estatísticas. Porém, nenhuma vítima de classe média teve no título o número de homicídios no ano, mas o contrário, suas profissões e outras informações que pudessem singularizar o episódio constituem os títulos, os textos e o uso de fotografias.

Assim como o insucesso escolar dos sujeitos da ralé estrutural é pensado como fracasso individual⁸, os homicídios daqueles que pelas circunstâncias e pelas disposições⁹ constituídas desde tenra infância e ao longo da vida são levados ao

universo do crime é entendido como destino para delinquentes. Não perceber que se trata de uma classe inteira abandonada pelo conjunto da sociedade é trabalhar pela manutenção do desprezo com essas vidas, é não combater algo próximo do genocídio de parte da população. Quando o fenômeno social dos homicídios ultrapassa as fronteiras, territoriais e simbólicas de classe, atingindo a classe média, a morte choca e ganha visibilidade no noticiário. Quando as mortes estão dentro dos limites de uma população excluída, o tratamento jornalístico protocolar publica notas (**grupos 1 e 2**) e contabiliza números (**grupos 3 e 4**). Sobre o **grupo 3**, identifico que a decisão de dar destaque para estatísticas e contagens são escolhas jornalísticas para informar os leitores da situação do fenômeno social dos homicídios quando se trata das classes populares. Decisão que abarca uma ambiguidade: por um lado a relevância das estatísticas em um fenômeno complexo e grave como os homicídios; e por outro o apagamento e invisibilidade que essas contagens estatísticas produzem sobre as singularidades das vítimas. Essas vidas perdidas convertidas em dados que aumentam ano após ano, tratadas com certa atenção para sua dimensão estatística e vistas com desinteresse sobre essas pessoas, não produzem comoção. Sobre os números intermináveis de vidas perdidas em guerras, Judith Butler provoca:

Quando lemos a respeito de vidas perdidas com frequência nos são dados números, mas essas histórias se repetem todos os dias, e a repetição parece interminável, irremediável. Então, temos de perguntar, o que seria necessário não somente para apreender o caráter precário das vidas perdidas na guerra, mas para fazer com que essa apreensão coincida com uma oposição ética e política às perdas que a guerra acarreta? (BUTLER, 2015, p.29-30).

De certa forma, esses questionamentos podem ser transferidos para o jornalismo. Como a cobertura jornalística pode reconhecer toda e qualquer vítima como passível de luto? Como pode produzir comoção? As duas perguntas passam pelo debate sobre o reconhecimento das classes sociais em nosso país, isso sem levar em conta o debate sobre o racismo, que pelos limites da minha abordagem¹⁰ não estão presentes nessa discussão. A relação entre comoção e o julgamento sobre os homicídios noticiados implica pensar sobre a existência da ralé estrutural que é julgada de forma pré-reflexiva como inferior. Se temos subcidadãos em nossa sociedade, como produzir a mesma comoção que recebem as vítimas que gozam do reconhecimento social e são percebidas como cidadãos (a classe média principalmente). O pano de fundo moral não tematizado nos impede de perceber as desigualdades em suas dimensões imateriais, ou seja, as hierarquias morais do mundo ocidental acarretam em hierarquizar vidas. Essa hierarquia, em consequência, determina quem são os sujeitos dignos e produtivos em nossa sociedade.

Considerações finais

As disposições de classe social identificadas, descritas e criticadas no desenvolvimento da pesquisa fazem parte da construção social da subcidadania que caracteriza a nossa sociedade. O *Diário Catarinense* e as pessoas que nele trabalham estão contidos nesse fenômeno maior que está presente em outras instituições sociais e, em larga medida através do *habitus*, em todos nós. O poder da estrutura social, na perspectiva que adoto nesta pesquisa, condiciona em grande medida os modos de agir dos sujeitos, apesar de existir certa autonomia relativa das pessoas. Por este motivo não me ocupei de observar o trabalho individual das e dos jornalistas do DC, mas pesquisar o veículo como manifestação da instituição social do jornalismo. Não houve a preocupação de observar, pelas assinaturas das notícias, diferenças entre repórteres. Me interessa nesta pesquisa as classes sociais e as instituições. Compreendo estes profissionais como membros da classe média, classe que de fato exerce o poder das instituições em nossa sociedade, uma vez que nossa elite é composta por poucos indivíduos e para conseguir exercer sua hegemonia necessita dos setores médios da população. A classe média trabalha nos jornais, nas universidades, nas escolas, nos

¹⁰ Além de discutir a ralé estrutural como herança da escravidão, Jessé Souza faz algumas discussões sobre raça/etnia que não foram abordadas pelos limites de tempo e decisões de pesquisa na dissertação. O tema é de extrema importância e será objeto de futuros estudos.

tribunais, nos hospitais. E é a classe média que poderia promover esforços para enfrentarmos a herança da instituição social da escravidão que singulariza o Brasil.

¹¹ *Principalmente integrantes do movimento negro.*

Nesse sentido, gostaria de apontar duas questões que parecem importantes sobre o fenômeno social dos homicídios e o jornalismo que cobre este fenômeno. A primeira questão, que está por trás das abissais desigualdades de nossa sociedade, é que a escravidão não encarada com a devida gravidade tem influência tanto no fenômeno social dos homicídios quanto na indiferença de amplas camadas da população para com milhares de vítimas assassinadas. A segunda diz respeito ao papel das classes médias na manutenção desta lamentável realidade.

A existência da ralé estrutural como herança da escravidão que singulariza a sociedade brasileira não deve ser perdida de vista nesta discussão. Pois é pelo modo como era o reconhecimento social do escravo, como animalizado e subgente, como simples força muscular, que hoje temos a subcidadania brasileira. Na escravidão, as pessoas escravizadas viviam progressivamente submetidas à destruição de sua autoestima, tiveram suas relações familiares por séculos desestabilizadas, e com o fim do período escravocrata não foram inseridas na nova ordem social, e assim acabaram condenadas a permanecerem marginalizadas.

O jornalismo faz parte desse quadro de exclusão. A cobertura da criminalidade e segurança pública quando relacionada às classes populares é marcada pelo desprezo, pois o abandono e o ódio para com essa população nunca foram de fato enfrentados. Compreendo que a violência que atinge a ralé estrutural, que muitos denominam com pertinência de genocídio¹¹, não é abordada na cobertura jornalística do DC com o relevo que merece. A classe média, mesmo sem intenção, age para assegurar este estado das coisas no seu cotidiano. Na minha interpretação da teoria de Souza (2003, 2009, 2010, 2017), a classe média defende inconscientemente os interesses das elites, uma vez que nossas elites são compostas por poucos indivíduos e para conseguir exercer sua hegemonia necessitam dos setores médios da população.

São os membros da classe média que estão nos principais postos de trabalho e são, eventualmente, também vítimas do fenômeno social dos homicídios. Em termos gerais a classe média ocupa um espaço intermediário entre a elite e as classes populares. E executa, conforme expressão de Jessé Souza (2017), o papel de “capataz moderno”, numa espécie de analogia aos homens que serviam os grandes proprietários de terra em diversas atividades. Além desta expressão, o autor faz referência ao capitão do mato, este que servia aos senhores de terra e gente no período da escravidão na captura e açoitamento dos homens e mulheres escravizados.

Para ter o monopólio dos capitais cultural, social e econômico, a classe média explora e assegura que outros setores da população sigam abaixo dela. Um exemplo de exploração discutido por Jessé Souza e seus colegas (2009) é o trabalho doméstico, uma espécie de herança dos trabalhos das escravas nas casas dos grandes proprietários de terra. Ter empregadas domésticas era sinônimo, e talvez ainda seja, de algum poder econômico e simbólico em relação às pessoas que precisam fazer por si mesmas as tarefas de limpar a casa, fazer comida, entre outras atividades. Em resumo, o trabalho doméstico que a classe média terceiriza com baixo custo significa, para além de outras consequências, compra do tempo que pode ser investido em estudo, trabalho valorizado, leituras e uma infinidade de atividades que implica a aquisição de capital cultural e social, que por sua vez se transforma em capital econômico nos postos de trabalho mais bem remunerados e em altos cargos do serviço público. É de maneira inconsciente, ou seja, pré-reflexiva, que temos solidariedade com algumas vítimas em detrimento de outras. As disposições de classe identificadas nos textos conseguem, ao mesmo tempo, nos aproximar da tragédia de uma vida perdida de classe média e desumanizar outras vítimas das classes populares.

Referências

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro, RJ: 1ª ed Civilização Brasileira, 2015.

EISNER, Manuel. **Notas de homicídios 1**: Como reduzir os homicídios em 50% nos próximos 30 anos. Instituto Igarapé. Agosto, 2015.

FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. Ano 11. São Paulo, 2017.

GARZÓN-VERGARA, Juan Carlos. **Notas de homicídios 3**: Qual a relação entre o crime organizado e os homicídios na América Latina? Instituto Igarapé. Junho, 2016.

IPEA; FBSP. **Atlas da violência 2018**. Brasília, 2016

SILVA, Valéria Sinésio da. **O lugar do crime no jornal**: uma análise da cobertura policial do Jornal da Paraíba. – Joao Pessoa, 2016.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leeya, 2017.

SOUZA, Jessé. **A construção social da sub-cidadania**: para uma sociologia política da modernização periférica. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VIANA, A. W. **As Mortes das Mulheres e dos Homens Infames em Zero Hora**: Uma Análise do Silêncio. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017, Curitiba. Anais do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2017.

VILATA, Carlos J. **Notas de homicídios 2**: tendências e projeções globais sobre homicídios, 2000 a 2030. Instituto Igarapé. Novembro, 2015.

WASELFISZ, Julio. **Notas de homicídios 4**: Homicídios de crianças e adolescentes no Brasil. Instituto Igarapé. Dezembro, 2017.